

# Empresários apóiam presidencialismo

A aprovação da emenda Humberto Lucena, com a conseqüente manutenção do presidencialismo, agradou a maioria dos empresários ouvidos pelo GLOBO. Antônio Ermirio de Moraes, Presidente do grupo Votorantin, maior conglomerado empresarial do País, apoiou a decisão dos Constituintes porque entende que este é o sistema capaz de garantir maior estabilidade ao País. Apesar de presidencialista, o Presidente da Associação Comercial do Rio, Amaury Temporal, também ficou satisfeito com o resultado da votação. Na sua opinião, o País não tem as pré-condições para a implantação do sistema de gabinete. O único a discordar foi o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, que condenou a aprovação da emenda presidencialista. Para ele, o parlamentarismo é sistema ideal para por fim às crises pelas quais passa o País.

★ **Antônio Ermirio de Moraes, Presidente do grupo Votorantin.**

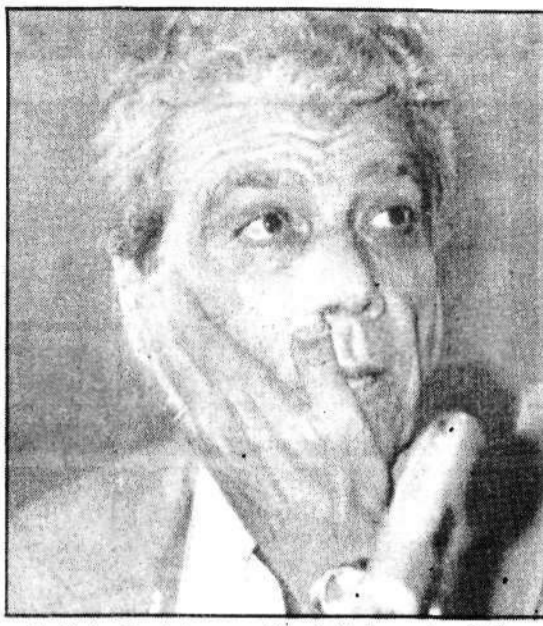
— Sou favorável ao sistema presidencialista principalmente porque o País não conta com partidos políticos fortes e esse sistema de governo dá maior estabilidade ao País. Sou favorável também até por uma tradição histórica do Brasil: desde o advento da República tivemos este sistema.

Se o parlamentarismo tivesse sido implantado só serviria para manter o PMDB no poder. Essa seria a sua única finalidade. No presidencialismo, o PMDB sabe que dificilmente conseguirá eleger um de seus nomes para o cargo nas próximas eleições.

★ **Amaury Temporal, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.**



Amaury Temporal apóia decisão do plenário



Antônio Ermirio, presidencialista por tradição

— Sou parlamentarista convicto, ideologicamente e doutrinariamente. A única razão do Brasil ser presidencialista está no fato de todas as democracias latino-americanas serem cópias dos Estados Unidos. Se não fosse isso, tenho certeza de que seguiríamos os modelos europeus.

E exatamente por ser parlamentarista que não gostaria de vê-lo adotado agora, no Brasil. Seria um desastre, pois não temos nenhuma das pré-condições básicas para a adoção desse sistema, como uma organização burocrática forte. A adoção do parlamentarismo hoje, seria fruto exclusivo de um casuismo.

★ **Eduardo da Rocha Azevedo,**

**Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.**

— Sou um parlamentarista por considerar esse regime de governo mais democrático e estável. O sistema no mundo moderno que tem dado resultado é o parlamentarismo e o Brasil é um país do futuro. Além disso, as crises do País serão mais brandas.

Apesar de aprovado, sou contrário ao presidencialismo porque num país como o nosso o Presidente da República é visto como um rei e isso está errado.

★ **Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.**

— Prevaleceu o bom senso na Constituinte, representante do anseio da sociedade brasileira que tem vocação presidencialista e tem vontade de votar diretamente em quem vai governá-la. O parlamentarismo não é da vocação brasileira.

★ **Pedro Conde, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).**

— Acho que a opção pelo presidencialismo é uma decisão certa. Toda nossa estrutura passada foi montada em cima do presidencialismo e não creio que haja estrutura para dar suporte ao parlamentarismo. O parlamentarismo supõe um sistema burocrático estável.

## Economistas se dividem

**Mário Henrique Simonsem, ex-Ministro da Fazenda.**

— O sistema ideal de Governo é o presidencialista, com um Congresso forte, como foi aprovado. Era o único sistema possível, uma vez que o parlamentarismo, para ser adotado, precisaria de uma série de pré-condições que não existem hoje, como partidos fortes, voto distrital e máquinas burocráticas estáveis. Além disso, tenho a impressão de que os Constituintes que defendiam o parlamentarismo não tinham intenção de aprovar uma característica básica desse sistema, que é a possibilidade do Presidente da República dissolver o Congresso. Creio que o parlamentarismo não resistiria a um plebiscito. Tenho certeza de que a aprovação do parlamentarismo hoje, levaria o País a instabilidade econômica, em função das constantes mudanças de Gabinete e nas máquinas administrativas.

★ **Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-Ministro da Fazenda.**

— Infelizmente mantivemos o sistema presidencialista. O que irá dificultar em muito a implantação do regime democrático e, mais uma vez, a democracia brasileira continuará sujeita a graves crises. Fui favorável ao sistema parlamentarista porque só ele permitiria a consolidação da democracia no Brasil. O Governo, nesse sistema, poderia perder apoio e legitimidade que não cau-



Simonsem: é único sistema possível

saria nenhum impasse. A solução seria, simplesmente, trocar o Primeiro-Ministro. Além disso, a única democracia estável que conheço num sistema presidencialista é a dos Estados Unidos.

★ **Dércio Munhoz, economista.**

— Seriam inúmeras as vantagens para a economia da adoção do regime parlamentarista. A principal delas seria a participação do Congresso na gestão da política econômica, com poderes para baixar determinações e suspender a vigência de decisões do Executivo, além de chamar autoridades para prestar contas.

## Escolha divide líderes sindicais

★ **Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), Presidente da Central Geral dos Trabalhadores.**

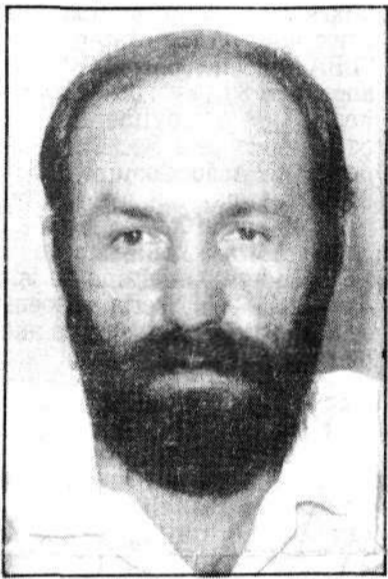
— Sou parlamentarista. O presidencialismo, embora tenha a peculiaridade de permitir através do voto direto a eleição do Presidente da República, gera uma concentração de poder que gostaríamos de ver descentralizado. O regime presidencialista permite que haja influência direta do Presidente no Congresso tendendo a ignorar a sua soberania. A concentração de poder não tem sido uma boa para o País, não tem trazido progressos. O presidencialismo teve seus méritos e deméritos e estava na hora de se fazer uma experiência parlamentarista para que houvesse uma divisão de responsabilidades. Acredito, porém, que não acontecerá nenhuma catástrofe para o Brasil com a manutenção do sistema presidencialista.

★ **Luiz Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.**

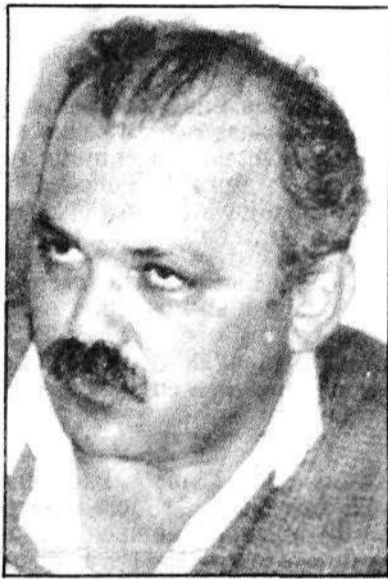
— Devo confessar que cometi um erro de avaliação. Sou favorável ao regime presidencialista, mas até o início da semana não tinha dúvidas de que o parlamentarismo seria



Joaquinzão: Poderes concentrados



Meneguelli: Maior representatividade



Medeiros: Falência das instituições

aprovado, a partir de uma ampla negociação. A minha preferência pelo presidencialismo tem uma explicação: as instituições brasileiras estão falidas e os políticos de um modo geral desgastados.

★ **Jair Meneguelli, Presidente Nacional da Central Única dos**

**Trabalhadores (CUT).**

— Venceu a vontade do povo. A maior preocupação da CUT era que vingasse acordo de parlamentarismo com cinco anos. Aos 40 anos vou ter a chance de, pela primeira vez, votar em um Presidente da República.

Com o parlamentarismo iríamos

eleger uma Rainha da Inglaterra. Se o Brasil estivesse em outro estágio de democracia, talvez pudéssemos ter uma representação real no Congresso. Mas, da maneira como tudo funciona no País, o parlamentarismo seria menos representativo que o presidencialismo.

## D. Lucas teme o poder concentrado

★ **Dom Lucas Moreira Neves, Arcebispo de Salvador e Cardeal Primaz do Brasil.**

— Como homem de Igreja, pastor e bispo, não tenho preferência a manifestar entre parlamentarismo e presidencialismo, porque não se trata de matéria ética, mas institucional. Como cidadão, vejo vantagens e desvantagens no presidencialismo. Este sistema de governo pode oferecer uma estabilidade maior em torno da figura do Presidente, mas, em contrapartida, representa uma maior concentração de poder. O parlamentarismo oferece mais maleabilidade, mais possibilidade de participação e maior distribuição de poder. A desvantagem é que se não for bem conduzido estará mais sujeito a crises frequentes, como ocorre em muitos países que o adotaram. No fundo, o importante não é o sistema de governo e sim as pessoas que governarão o País, que devem oferecer garantia de honestidade, devotamento ao bem comum, liderança moral e competência. Importante também é que o Governo tenha metas sociais claras.

★ **Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo.**

— O parlamentarismo costuma ser considerado, e a meu ver o é, um sistema de governo mais perfeito para a realização democrática. Em primeiro lugar, por ter um elemento de estabilidade que é o Presidente e depois porque possui um órgão de dinamismo que é o Primeiro-Ministro, com todos os apoios que tem dentro do Parlamento. No Brasil, entretanto, a população gosta de ver seu Presidente como aquele que manda. Não acredita em uma autoridade que é mais ou menos simbólica. Isso teria de entrar primeiro na mente do povo para que ele aceitasse o parlamentarismo. Portanto, acho que o presidencialismo, por enquanto, deve ter a preferência do povo, sobretudo do povo mais simples, acostumado ao paternalismo brasileiro cultivado ao longo de nossa História por todos os mandatários. De qualquer forma, acho que o sistema de governo não poderia ser definido juntamente com a questão da duração do mandato. Se o parlamentarismo fosse resultado de uma barganha, ele durará pouquíssimo. Talvez o que durou na ocasião de João Goulart.

## A trajetória do presidencialismo desde 1889

A primeira experiência presidencialista no Brasil nasceu no mesmo dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1889, quando o Marechal Deodoro da Fonseca foi designado Chefe do Governo Provisório. Desde a República Velha até a Nova República, passando pela Revolução de 1930, o Estado Novo e pela Revolução de 1964, o presidencialismo conviveu com muitas crises e movimentos, que resultaram em importantes transformações políticas e sociais. De Deodoro (1889-1891) — primeiro Presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional, em 1891 — a José Sarney, somam-se 31 Governos presidencialistas. Esta seqüência só foi quebrada pela experiência parlamentarista de 1961-1963.

Com Deodoro, ganhou vida a República Velha, que teve 13 Presidentes. Esta fase da História do País foi marcada por movimentos relevantes, como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada no Governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894); e a Campanha de Canudos na gestão de Prudente de Morais (1894-1898).

De Delfim Moreira (1918-1919) — que tomou posse com a morte de Rodrigues Alves — a Washington Luís (1926-1930), os problemas se sucederam. A intranquilidade política marcou os Governos de Epitácio Pessoa (1918-1922); e Arthur Bernardes (1922-1926).

Em 1º de março de 1930, houve eleições para a sucessão de Washington Luís (1926-1930). Getúlio Vargas, Presidente do Rio Grande do Sul, foi derrotado pelo candidato governista Júlio Prestes, Presidente de São Paulo. Para a Aliança Liberal, opositorista, as eleições foram fraudadas.

O inconformismo dos opositores diante do resultado do pleito ganhou ressonância popular e o apoio dos jovens oficiais das Forças Armadas — os "tenentes". A morte de João Pessoa, Presidente da Paraíba e candidato a Vice-Presidente na chapa de Getúlio, em 3 de outubro do mesmo ano, aguçou a crise. Neste mesmo dia, eclodiu a Revolução de 1930. Três semanas depois, o movimento depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Uma Junta Militar assumiu a Presidência e passou o cargo para Getúlio em 3 de novembro. Era a morte da República Ve-

lha e o nascimento da Segunda República.

O largo movimento de redescoberta do Brasil e de reavaliação dos nossos problemas, surgido com a Revolução, não passou da década de 30. Em 10 de novembro de 1937, teve início a ditadura do Estado Novo.

As eleições presidenciais marcadas para 3 de janeiro de 1938 foram canceladas; a Câmara e o Senado, tomados pela Polícia; as Assembleias estaduais e as Câmaras municipais, igualmente fechadas; os partidos extintos; os inimigos do novo regime, exilados ou presos; foram criados os tribunais de exceção; a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tomou conta da imprensa; os sindicatos se tornaram meras repartições públicas. Estava desfechado o minucioso golpe elaborado por Getúlio Vargas, ajudado por alguns auxiliares importantes, como o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; e Francisco Campos, Ministro da Justiça.

A vitória da democracia na Segunda Guerra Mundial determinou uma reabertura política no Brasil. Foram marcadas, em 1945, eleições diretas para a Presidência. Em 29 de outubro, suspeitando de que o pleito não se realizaria devido a manobras continuistas de Getúlio, as Forças Armadas depuseram o ditador. O Governo foi entregue a José Linhares, Presidente do Su-

premo Tribunal Federal, até a posse de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), eleito pelo voto direto.

Getúlio Vargas voltaria à Presidência em 1951, mas sem a mesma habilidade política que tinha no Estado Novo. Ficaria no cargo até o seu suicídio, em 1954.

De lá até 1964, seguiram-se os Presidentes Café Filho (1954-1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961) — cujo governo fora marcado pela industrialização — e Jânio Quadros.

Com a renúncia de Jânio sete meses após a posse, o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, ocupou interinamente a Presidência. O Vice-Presidente, João Goulart, fazia uma viagem oficial ao Extremo Oriente. Nos meios militares, se criou um clima de que Goulart, por suas ligações com os sindicatos, não poderia assumir.

Como solução para a crise política, o Congresso Nacional recomendou que a posse de Goulart fosse acompanhada da adoção do sistema parlamentarista. Em 2 de setembro de 1961, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema de gabinete, prevendo, entretanto, um plebiscito para o início de 1965. Goulart conseguiu antecipar a consulta popular para 6 de janeiro de 1963, quando 9,4 milhões dos 11,5 milhões de votantes apoiaram o retorno ao presidencialismo.

Logo após reconquistar as prer-

rogativas do presidencialismo, o Governo João Goulart acentuou seu caráter esquerdizante, criando mais uma grave crise política. O clima ficou mais tenso a partir de 13 de março, quando Jango levou o Governo a participar do comício das reformas de base na Central do Brasil. Em 31 de março, chefes militares deflagraram um movimento revolucionário, totalmente vitorioso no dia seguinte. O cargo de Jango foi ocupado pelo Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, até a posse do General Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), eleito pelo Congresso Nacional.

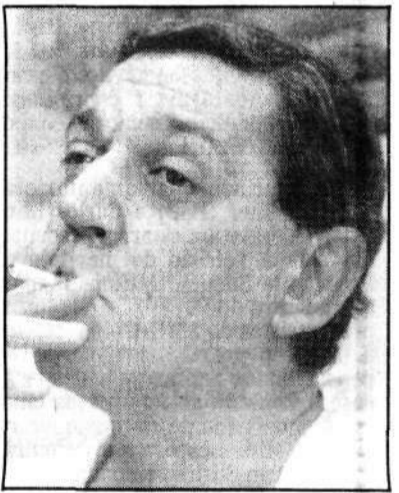
Em 15 de março de 1967, entrou em vigor a quinta Constituição da República, juntamente com a posse na Presidência do Marechal Costa e Silva (1967-1969). Em 1968, o Governo baixou o AI-5 e decretou, por tempo indeterminado, o recesso do Congresso.

Doente, Costa e Silva não terminou seu mandato. Foi substituído por uma Junta Militar até a eleição, pelo Congresso — reaberto em 25 de outubro de 1969 —, do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Até o Governo José Sarney, seguiram-se Ernesto Geisel (1974-1979), último Presidente a decretar o recesso do Congresso, em 1º de abril de 1977; João Figueiredo (1979-1985); e Tancredo Neves, que morreu sem tomar posse.



Vitória: Sistema não é importante



Wanderley: País vai ter outra face

## Cientista político aponta avanço na decisão do plenário

Para o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o sistema presidencialista aprovado ontem pela Assembleia Constituinte é totalmente diferente do regime que marcou a vida política brasileira por quase cem anos. Segundo ele, quando a nova Constituição entrar em vigor, "o Brasil já terá uma outra face, muito diferente das feições sisudas do regime imperial só o qual vivíamos".

— Muita gente classifica o presidencialismo existente no Brasil como Imperial, numa analogia com o sistema adotado nos Estados Unidos. Entretanto, isso não é verdade, pois, ao contrário dos Estados Unidos, não existe Federação no Brasil. Esse aspecto vem sendo modificado aos poucos, e tenho certeza de que com a aprovação do presidencialismo teremos uma estrutura de poder totalmente diferente. Essa certeza é a mesma que eu tenho de que os Constituintes não aprovaram um sistema parlamentarista clássico. Principalmente em função das facilidades de deposição mútua, inerentes ao parlamentarismo. O Brasil não teria condições de ficar, nesses casos, 120 dias sem Governo — disse.

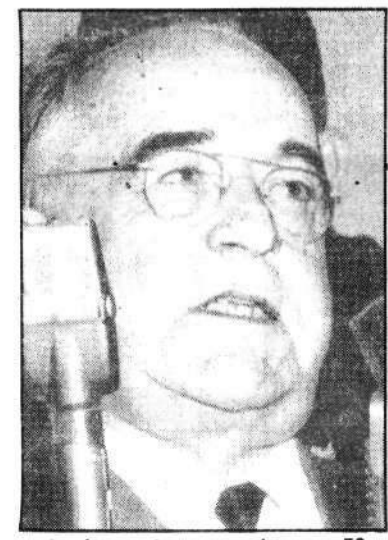
Na opinião de Wanderley Guilherme dos Santos, caso o parlamentarismo

fosse aprovado, o Brasil viveria uma situação atípica, em função da maioria absoluta que o PMDB detém na Câmara.

— O PMDB ficaria numa situação privilegiada, semelhante a do partido do Congresso, na Índia, que conduziu a independência. Lá eles tiveram muitas dificuldades de implantação do programa de Governo. A Índia é hoje um dos países com pior desempenho econômico entre os do Terceiro Mundo. Além de ser notória, a elevadíssima taxa de comportamentos pouco lidos. A única alternativa para a adoção do parlamentarismo, sem problemas, seria a realização de eleições gerais.

Já para a cientista política Maria Vitória Benevides, a discussão entre parlamentarismo e presidencialismo não é a mais importante para o futuro do País. Para ela, o primordial seria uma redefinição da forma de poder do Estado.

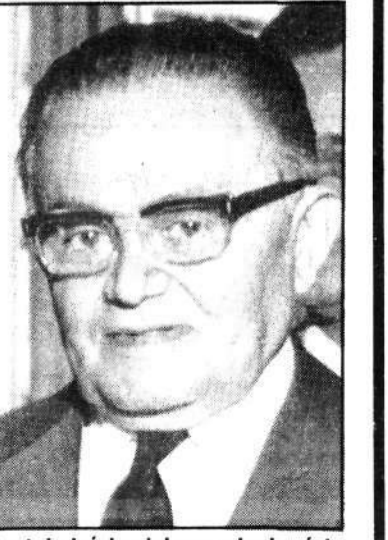
— Não adianta mexer no sistema de governo se o Estado permanece o mesmo. Sou favorável a uma proposta do professor Fábio Konder Comparato, feita no anteprojeto de Constituição, de mudança radical do poder no Estado, introduzindo um planejamento democrático independente do Executivo.



Getúlio volta ao poder em 50



Juscelino luta para industrializar



Castello inicio ciclo revolucionário